

Sumário

1

O controle de inconstitucionalidade das leis no direito comparado

1. Introdução	1
2. Antecedentes de controle efetivo	2
3. O controle na civilização ateniense.....	3
3.1. A concepção de Direito e Justiça.....	3
4. O sistema sob o aspecto subjetivo ou orgânico.....	4
5. Os efeitos do controle da inconstitucionalidade	5

2

A interpretação das leis e da Constituição

1. Introdução.	9
2. Constituição. A mãe das outras leis.....	10
3. A interpretação e aplicação das leis	10
3.1. Objeto da interpretação	12
4. As regras de interpretação	13
5. Os princípios da escolástica antiga	14
6. Método interpretativo. Os elementos que devem ser aplicados na interpretação da lei	15
6.1. O elemento gramatical	15
6.2. O elemento lógico ou teleológico.....	16
6.3. O elemento sistemático	17
6.4. Elemento histórico.....	18
6.5. O elemento sociológico.....	18
7. Natureza e alcance da lei.....	18
8. As fontes de interpretação.....	19
9. Interpretação excludente. Argumento “a contrário”.	21
10. Interpretação: ato de inteligência ou de vontade?	22

11. Conclusão.	22
12. Existem lacunas na lei? Existem lacunas no Direito? Se existem como devem ser preenchidas?	23
13. Preenchimento das lacunas no Direito brasileiro antigo.....	25
14. O problema das lacunas no Direito brasileiro vigente.	26
15. Analogia.	26
16. Analogia. Indução e dedução	27
17. Valor da analogia e aplicação analógica.	28
18. Princípios gerais de Direito.....	28

3

Efeitos e limites de eficácia das normas jurídicas

1. Introdução.	30
2. Direitos adquiridos contra a Constituição. A limitação do poder de emendas.....	34
3. Direito realizado e direito adquirido	35

4

A questão da hierarquia das leis no sistema federativo

1. O fundamento de validade das leis	39
2. A teoria da recepção	39
3. O conflito de normas.....	40
4. Emendas à Constituição.....	45
4.1. Limitação formal	46
4.2. Limitações temporais e substanciais	46
5. Lei complementar	47
5.1. Distinção com a lei ordinária	49
6. Lei ordinária.....	50
6.1. Espaço de validade	50
7. Lei delegada.....	52
8. Medida-provisória.....	53
8.1. Origem.....	53
8.2. Fundamento	55
8.3. Garantias formais	56
8.4. Aprovação e emendas.....	58
8.5. Rejeição, eficácia e reedição	59
9. Decreto legislativo	61
10. Resoluções	61

5**A inconstitucionalidade das leis e a ação declaratória de constitucionalidade**

1. Introdução	62
2. Conceito de lei e ato normativo	63
3. Os sistemas de controle.....	64
4. Formas de inconstitucionalidade no Brasil.....	64
5. Os tipos de controle	66
6. O controle em consonância com o sistema federativo brasileiro.....	67
7. O controle jurisdicional e sua adequação ao sistema federativo.....	68
8. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito federal	70
9. A competência dos tribunais para o controle difuso da constitucionalidade	71
10. Os efeitos da sentença que julga da inconstitucionalidade	73
11. A ação de inconstitucionalidade interventiva.....	76
12. O decreto de intervenção	76
13. A ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.....	77
14. Os efeitos da sentença do pedido de declaração de constitucionalidade	78
15. As formas de controle das funções do Estado e sua consonância com o princípio da independência e harmonia dos poderes	79
15.1. A legitimação na ação declaratória de constitucionalidade.....	84
15.2. Controle político e controle jurídico	85
16. Inconstitucionalidade de princípios	86
17. A questão da competência por prerrogativa de função	88
18. Ação cautelar nas representações de inconstitucionalidade.....	89

6**O controle incidental de inconstitucionalidade nas ações de interesse difuso**

1. Introdução	92
2. A natureza jurídica dos chamados interesses difusos.....	94
3. O primado da legalidade e o sistema de controle de inconstitucionalidade das leis	95
4. Os interesses difusos e os efeitos jurídicos das decisões por via de ação direta e incidental no controle da constitucionalidade	97
5. A natureza cautelar do controle incidental de inconstitucionalidade nas ações de interesse difuso	102

7**Os efeitos da sentença que julga da inconstitucionalidade no controle por ação direta e no incidental.**

1. A natureza pública da coisa julgada.	105
2. A imutabilidade da coisa julgada.	106

3. Limites subjetivos da coisa julgada.	106
4. A caracterização das demandas e a coisa julgada e os limites objetivos e subjetivos.	107
5. Os efeitos da sentença declaratória e da constitutiva.	108
6. A eficácia da sentença declaratória de inconstitucionalidade da lei em ação direta perante o Supremo Tribunal Federal.	108
7. Amicus Curiae.	111
8. As peculiaridades do controle incidental.	111
9. O procedimento de arguição incidental e seus efeitos quando acolhido pelo órgão colegiado.	112
10. A importância do controle incidental.	113

8

A inconstitucionalidade das normas constitucionais

1. Introdução.	115
2. O conceito de constituição material e formal.	118
3. Constituição e direito supralegal.	118
4. As diferentes possibilidades de normas constitucionais inconstitucionais.	119
5. Os valores fundamentais da Constituição Cidadã.	121
6. A análise de um caso concreto. A inconstitucionalidade da Emenda nº 39, de 19 de dezembro de 2002.	123
7. O valor do costume como fundamento supralegal da inconstitucionalidade.	126
8. O fundamento moral e ético como causa supralegal da inconstitucionalidade.	127
9. Preceitos de grau superior contraditados pela emenda.	128
10. A inobservância das cláusulas pétras.	129
10.1. O desrespeito ao princípio da separação dos poderes e do controle de uma função pela outra.	129
10.2. O desrespeito à forma federativa de Estado.	129
10.3. O desrespeito ao princípio da legalidade.	130

9

O mandado de injunção como forma de controle concreto da inconstitucionalidade por omissão

1. Introdução.	131
2. Antecedentes históricos.	133
3. A origem dos Writs (mandados).	135
4. A Injunction.	137
5. O mandado de injunção na Constituição de 1988.	138
6. Consequências do preceito constitucional.	138
7. O mandado de injunção como meio de controle concreto da inconstitucionalidade por omissão.	139

7.1. A primeira consequência: ampliação do campo da jurisdição de equidade.	139
7.2. Quanto à segunda consequência: introdução do mandado de injunção na área do Direito Público.	142
7.3. Quanto à terceira consequência: o acolhimento entre nós do Mandado de Injunção abre a porta para a renovação e o ajustamento do Direito a novas realidades sociais.	143
8. O âmbito de utilização da ordem ou mandado de injunção.	145
9. Efeitos, utilidade do instituto e razões para o seu provimento.	148
9.1. Razões para o provimento.	148
9.2. As condições da ação de mandado de injunção: legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido.	148
9.2.1. Legitimidade.	148
9.2.2. Interesse.	148
9.2.3. Possibilidade jurídica.	149
10. A questão do rito procedimental.	149
10.1. <i>Ubi jus, ibi remedium</i> . O rito do Mandado de Segurança.	149
11. A questão da competência.	150
12. A natureza instrumental da injunção.	151

10

A ação de descumprimento de preceito fundamental

1. Introdução.	152
2. A definição do âmbito de incidência.	153
3. O controle de vigência da lei por ação direta.	155
4- O conceito de descumprimento de preceito fundamental.	159
4.1. A possibilidade concreta para a sua utilização na primeira hipótese.	160
5. A primeira finalidade de utilidade da ação como meio de efetividade da Constituição e dos seus objetivos fundamentais.	161
6. O controle sobre a vigência ou não das leis anteriores à Constituição.	161
7. O parâmetro da decisão.	163
8. Os efeitos da decisão.	163
Bibliografia.	165
Índice onomástico.	169